

APONTAMENTOS ACERCA DA GEOGRAFIA ESCOLAR NA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS (1834-1879)

Edna Telma Fonseca e Silva Vilar

Centro de Educação da Universidade
Federal de Alagoas (UFAL)
ednatelma@yahoo.com.br

Antonio Carlos Ferreira Pinheiro

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
acfp@terra.com.br

Resumo

O artigo visa apreender o movimento de conformação da Geografia escolar na Província das Alagoas entre 1834 - ano que se refere à publicação do *Ato Adicional* que incumbira às províncias de organizar a instrução - e 1879 - limite demarcado considerando-se a reforma Leônício de Carvalho, empreendida no município da Corte, mas com rebatimentos nas províncias. Utilizamos como fontes os relatórios dos presidentes da Província e diretores da instrução, adotando o referencial da História das Disciplinas Escolares. Concluímos que os saberes da Geografia, ainda que a disciplina estivesse configurada naquele momento de modo incipiente, se aproximavam de um método pedagógico que visava conhecer outros países e enxergá-los como modelos de civilização nos quais o Império brasileiro deveria se espelhar. Além disso, por meio dela se difundiu o método de memorizar informações imputadas como necessárias à instrução, ainda que apenas para atender às necessidades de determinados segmentos de classes sociais.

Palavras Chave: História das Disciplinas Escolares. Geografia Escolar. Escolarização.

NOTES ON THE GEOGRAPHY DISCIPLINE IN THE ALAGOAS PROVINCE (1834-1879)

Edna Telma Fonseca e Silva Vilar

Centro de Educação da Universidade
Federal de Alagoas (UFAL)
ednatelma@yahoo.com.br

Antonio Carlos Ferreira Pinheiro

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
acfp@terra.com.br

Abstract

The paper intends to comprehend the forming movement of Geography discipline in Alagoas Province between 1834 – the *Additional Act* publication year, that had entrusted to the provinces to organize education – and 1879 – marked limit considering the *Leôncio de Carvalho's Reform* undertaken in the Court Municipality but with repercussions in all the Brazilian provinces. We use as sources the reports of Alagoas' Provincial presidents and education directors, adopting the framework of the History of Scholar Disciplines. The article concludes that the knowledge of Geography, although the discipline was set in an incipient way at that moment, was approached to a teaching method aimed to learning about other countries and see them as a civilization models in which the Brazilian Empire should mirror itself. In addition, through it spreads the method of memorize information whom was understood as necessary to education, notwithstanding only to fill the needs of certain social classes segments.

Keywords: History of School Disciplines. Geography Scholar Discipline. Schooling.

1 Considerações iniciais

Pesquisas e textualizações² referentes à geografia escolar têm assumido a perspectiva de contar a história do ensino de geografia tendo por lente de leitura os *programas/currículos*, elaborados pelo Colégio Pedro II (1837), instituição essa apontada como modelar para a instrução pública, particularmente no Brasil Imperial. Também não é possível desconsiderar o papel exercido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838. Esse Instituto instigou a elaboração de estudos (compêndios) sobre a geografia brasileira, que regra geral foram utilizados nas aulas de primeiras letras e nas cadeiras do ensino secundário, especialmente nos liceus e ateneus³. Outro marco temporal normalmente adotado pela historiografia, remete a década de 1930, quando ocorreu a institucionalização acadêmica da Geografia organizada como curso superior, bem como de outras instituições que a refundam para além da Academia como foi o caso da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Assim, grosso modo, a historiografia aponta que as origens da geografia escolar brasileira tem suas primeiras referências históricas no período Imperial. Entretanto, conforme fizeram notar Pessanha, Daniel e Menegazzo (2004, p. 60) em suas pesquisas: “a busca da origem de algumas das disciplinas escolares já estudadas no Brasil chegou sempre aos anos de 1930 como marco importante”. No caso da Geografia, destacam-se a sua consolidação imbricada às finalidades político-educacionais do Estado Novo, em que “dentro e fora da escola, atinge seu momento de maior peso e influência junto ao Estado

² Entendida como a produção escrita socializada resultante do processo de transformar argumentos ou narrações em textos.

³ Cf. por exemplo, o *Compendio elementar de Geographia Geral e especial do Brasil* de Thomaz Pompêo de Souza Brazil, que alcançou a sua 5ª edição em 1869. No período do Oitocentos a renovação do ensino de geografia esteve associada a outros movimentos, dentre os quais destacamos: a ampliação das matérias nos *programas de ensino*, sobretudo o da escola primária, mas também a propagação do método intuitivo ou as “lições de coisas”.

e a sociedade brasileira” (idem, p. 61) no âmbito de uma política nacionalista; além da renovação do seu ensino, por vezes, agregada ao movimento escolanovista.

De acordo com Albuquerque (2011, p. 20) as pesquisas destinadas à história da geografia escolar são em número pouco expressivo, uma vez que “existe uma quantidade significativa de trabalhos sobre ensino e aprendizagem de Geografia, entretanto poucas pesquisas abordam especificamente a história dessa disciplina no país”.

Assim podemos evidenciar a partir do extrato supracitado que geografia escolar e ensino de geografia são construtos complementares, mas com enfoques singulares. Dizemos que a geografia escolar é mais ampla, contendo, portanto, o ensino, mas sem se limitar a este campo. Entendemos a geografia escolar como um espaço para onde confluem discursos e práticas “para e sobre” o ensino que, contraditoriamente, “confrontam e conformam o conhecimento escolar geográfico” (SANTOS, 2007, p. 355); porquanto atrelada ao processo de escolarização e a cultura escolar.

Feitas estas considerações iniciais, destacamos que a nossa lente de pesquisa e de leitura das fontes está associada à geografia escolar e não somente ao ensino de geografia, o que requer considerá-la “como um espaço do campo educacional brasileiro em que incidem e se confrontam discursos relativos às forças que conformam a realidade escolar em termos de pensamento educacional” (SANTOS, 2007, p. 334-5).

Nessa direção, indagamos na leitura das fontes com as quais dialogamos neste trabalho - as falas e relatórios⁴⁴ elaborados pelos presidentes da Província, bem como os relatórios produzidos pelos diretores da instrução pública - em que medida a geografia escolar se fez presente ao longo do século XIX na Província das Alagoas? Que

⁴⁴ De acordo com Schneider, (2011, p. 244) “essas fontes são uma espécie de bricolagem de vários outros relatórios, os quais o presidente ou o vice-presidente em exercício [...] utilizam para relatar à Assembleia Legislativa sobre o desenvolvimento dos negócios da província naquele período”.

materiais ou referências orientaram ou demarcaram esta presença e/ou o seu ensino no período Imperial? Quais atos realizados pelos responsáveis pela administração da instrução foram registrados e/ou visibilizados? Que traços demarcaram os seus pensamentos referentes a este saber e sua organização/divulgação/transmissão?

Não obstante, as fontes selecionadas por nós, sejam consideradas oficiais e tenham um caráter mais prescritivo; por vezes objetada por pesquisadores da história da cultura escolar, argumentamos que a perspectiva teórico-metodológica da História das disciplinas escolares - consoante as orientações dadas por Chervel (1990) - não somente comporta o trabalho com este tipo de fonte, mas também se constitui no âmbito da cultura (material) escolar como documento heurístico.

Apoiamo-nos em Cury (2010, p. 43) quando ao se referir às fontes escritas oficiais, bem como ao modo como os institui como documentos, assevera que podem ser

parte fundamental da constituição da cultura escolar, mesmo que não ofereça, em um primeiro momento, perspectivas de apreensão das práticas educativas, mas porque encaramos a cultura escolar para além dos muros escolares – muros esses que no oitocentos sequer estavam constituídos em sua materialidade – na medida em que as concepções de escolarização que conhecemos hoje estavam sendo engendradas naquele momento a partir de uma hierarquia de valores culturais pela sociedade oitocentista nas províncias do Império.

Ademais, a definição de cultura escolar, dada por Julia, (2001, p. 10) abarcando normas e práticas coordenadas às finalidades do ensino, remete-nos a também projetar nosso olhar para as fontes escritas ditas oficiais de modo a dar visibilidade à configuração histórica das disciplinas escolares, neste caso a geografia. O citado autor compreende a cultura escolar como

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização.

Destacamos que, ainda que o citado autor em seu conceito de cultura enfatize as práticas escolares; a vinculação deste trabalho à História das disciplinas escolares, conforme perspectiva apresentada por Chervel (1990) permite-nos empreender aproximações, uma vez que nos encaminhamos por investigar a geografia escolar em sua dimensão de atos, pensamentos, mas também das práticas que foram configurando a história de uma disciplina específica. Nessa perspectiva, vale ressaltar a dimensão de cultura escolar referida por Chervel (1990) não somente como a cultura que se adquire na escola, mas, sobretudo, que não se adquire fora dela.

Desse modo, a textualização que apresentamos visa distanciar-se dessa perspectiva das origens, considerando a possibilidade de que são diversas as histórias da geografia escolar, sobretudo se considerarmos, que no período Imperial após o *Ato Adicional* de 1834, a instrução passou para a responsabilidade exclusiva das províncias. Desse modo, considerando esse marco, verificamos a partir do volume das fontes consultadas que tal mudança acabou por provocar muitas proposições nas províncias, especialmente na de Alagoas, conforme discutiremos um pouco mais adiante neste trabalho. Na outra ponta da periodização selecionamos a apresentação do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879 de Leôncio de Carvalho, que reformou o ensino primário e secundário no Município da Corte e o ensino superior em todo o Império.

Nesse sentido, operamos com a possibilidade de que o mesmo tenha repercutido na Província das Alagoas ao qual pode ser confirmada a partir da fala de Cincinato Pinto da Silva, então Presidente da Província das Alagoas, ao instalar a primeira sessão da Assembleia

Provincial no ano de 1880, na qual advertiu que o projeto de reforma ainda não apresentado pela comissão designada, em 1876, fosse feito “de acordo com o Decreto nº 7.247 de 19 de Abril do anno passado, pelo qual reformou o Governo o ensino primário e secundário no Município da Corte e o superior em todo o Império ⁵”. Nas seções seguintes, discutimos a singularidade da fonte de base que integra o *corpus* documental que gerou essa textualização, para em seguida analisarmos os traços constitutivos da geografia escolar na Província das Alagoas, enfatizando esse movimento em que foi sendo engendrada, inclusive como matéria de ensino com suas finalidades assentadas em mudanças e permanências na tensão própria do movimento histórico que a historiografia da educação objetiva apreender.

2 Os Relatórios: de fontes a documentos

A história se faz com documentos. Documentos são os traços que deixaram os pensamentos e os atos dos homens do passado. (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p. 15).

Embora a declaração inicial do texto que nos serve de epígrafe, nesta seção, seja bastante contestada em função do empirismo a que remete, seu uso aqui não diz respeito a uma restrição ao que se constitui como fontes diversas para as pesquisas em História da Educação, nem tampouco desconsidera as novas abordagens associadas à Nova História Cultural. Importa-nos aqui que os documentos são constituídos pelo trato, perspectiva teórico-metodológica adotada pelo historiador e concepção histórica a que se filia. “O documento é uma

⁵Optamos por preservar a grafia original nas citações diretas.

escolha do historiador em seu trabalho” (DOCUMENTO/MONUMENTO⁶, 2013, p. 4).

Outro apontamento que enfatizamos diz respeito à recomendação feita por Araújo (2002), não obstante estivesse em seu texto se referindo aos jornais e não aos relatórios administrativos, quando indica que “há que ressaltar ainda a potencialidade que tal modalidade de fonte revela para os estudos histórico-educacionais de caráter regional e local”. Nessa mesma perspectiva Certeau (1974, p. 30) nos ensina que:

Em história, tudo começa com o gesto de selecionar, de reunir, de, dessa forma, transformar em “documentos” determinados objetos distribuídos de outra forma. Essa nova repartição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo fato de copiar, transcrever ou fotografar esses objetos, mudando, ao mesmo tempo, seu lugar e seu estatuto.

Dessa forma, os relatórios não são fontes *de per si*, mas constituídas no movimento de transformá-los, inicialmente em fonte via fazer historiográfico nas pesquisas em História da Educação e, posteriormente ou concomitantemente, em documento pelo trato que lhes é concedido. Realçamos que em falas abalizadas pela preocupação de persuadir um público integrante das Assembleias Provinciais e, portanto, instituído também de poder, os administradores registraram ou deram destaque em seus relatórios a atos e concepções pelos quais objetivavam ser notabilizados. Além de terem padronizado, até certa medida uma forma de escrita própria da função e consoante com o que estava em voga à época, razão pela qual se designavam em seus discursos como moralizadores da instrução e da coisa pública.

⁶ Excerto da Apresentação da Revista Eletrônica *Documento/Monumento*, v 10, n 1, dez. 2013. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso (Núcleo de Documentação e informação histórica Regional).

Ademais, a relevância da leitura dos relatórios como documentos pode indicar os modos como os homens públicos pensavam a sociedade e a educação de/para uma época, por vezes “determinando” o que era relevante ensinar, aprender, saber (SCHNEIDER, 2011; MADEIRA, 2011).

3 Traços da geografia escolar erigidos dos Relatórios

Nos relatórios⁷ produzidos desde a instalação da primeira sessão da Assembleia Legislativa, em 1935, selecionamos os apontamentos apresentados sob a rubrica “instrução pública”. As falas referentes à geografia escolar quer de modo explícito ou apenas como alusão foram selecionadas, transcritas e, posteriormente, categorizadas como “atos e/ou traços de pensamento dos administradores” do passado Imperial na Província das Alagoas. Dos atos, catalogamos aqueles que tiveram uma dimensão material física ou desdobramento em decretos ou falas que se apresentaram como recorrentes.

Dos traços de pensamento erigidos das falas ou a estas remetidas, a referência feita à geografia em suas perspectivas de saberes, cadeira, finalidade, natureza desse conhecimento em consonância com as demandas da sociedade constituíram, por assim dizer, o segundo grupo da categorização empreendida para ser apresentada nesse artigo.

Como atos, destacamos a aquisição de materiais que foram configurando uma cultura (material) escolar, a criação e manutenção de cadeiras em que a geografia ocupava lugar central ou secundário via custeamento e conservação, ou mesmo sua supressão, ainda que por fechamento de instituições, a exemplo do Liceu Alagoano em 1861.

⁷ No texto, optamos por realizar a referência pelo sobrenome do autor do Relatório, embora sejam documentos produzidos como uma demanda da administração pública.

Em fala dirigida à Assembleia Provincial, quando o Liceu Alagoano ainda estava em fase de reivindicação, o então presidente da Província das Alagoas registrara a seguinte compra:

Em datas de 2 e 23 de Junho do anno p. p. houve a Presidencia o conveniente encommendar por intermédio do Agente desta Província em Pernambuco dous Globos e cinco Cartas Geographicas; e como se achasse estes objectos effectivamente comprados e pagos, mandei que a sua importância fosse referida á verba destinada para a instrucção publica, sendo que a Ella devem prestar a conveniente utilidade. Espero, que dareis á compra mencionada a necessária approvação. (BANDEIRA DE MELLO, 1848, p. 10).

A propósito, o Presidente que lhe sucedeu - o Coronel Antonio Nunes de Aguiar - em officio⁸ destinado ao Dr. Fernando Affonso de Mello – então Diretor do Liceu Alagoano - ordenou-lhe receber e conduzir para o Liceu, à Praça da Matriz, os globos e mapas geográficos existentes na Secretaria da Província.

Na esteira dos materiais a serem utilizados nas aulas do Liceu Alagoano, destacamos os títulos dos compêndios de Geografia no ano de sua inauguração, conforme aprovados pela Congregação de Lentes do Liceu a fim de serem definitivamente aprovados na forma do parágrafo 6º do art. 9, da Lei nº 106, de 05 de maio de 1849: o Compêndio de Justiniano José da Rocha, o de Julio Franck e o de José Saturnino da Costa Pereira.

Inaugurado o Liceu Alagoano em 1849, a cadeira de Geografia fora criada pela Lei nº 106, de 05 de maio de 1849, sob a rubrica de Geografia, Cronologia e História⁹. Além do Dr. Roberto Calheiros de Mello, o primeiro lente a ocupar esta cadeira no Liceu, foram também

⁸ O referido documento, datado de 27/06/1849 é anterior à inauguração do Liceu que se deu em 1º/07/1949.

⁹ Pelo Decreto n. 12, de 09 de dezembro de 1892, a cadeira passou a chamar-se Geografia Geral e Corografia do Brasil, especialmente do Estado de Alagoas; pelo Decreto n. 103, de 20 de dezembro de 1895, ficou chamada Geografia e Cosmografia.

professores catedráticos de Geografia na citada instituição o professor Dr. José Próspero Jeová da Silva Carotá - nomeado em 04 de junho de 1851 -, Dr. Thomaz do Bomfim Espíndola, que em 1858 assumiu interinamente, catedrático no ano de 1869 e Manoel Balthazar Pereira Diegues Júnior que assumiu a cadeira de Geografia e Cosmografia no ano de 1886.

Outro apontamento que fazemos diz respeito às recorrentes substituições dos lentes, mesmo os vitalícios, devido às licenças ou afastamentos por questões diversas, incluindo-se a ocupação de outros cargos. Desta extensa lista, figuram ocupando a cadeira de Geografia os professores substitutos José Coelho de Almeida Sampaio,¹⁰ Rafael Arcanjo de Moura Matos, nomeado, em 06 de junho de 1860 e o Bacharel José Caralâmpio de Mendonça Braga.

Com relação à categoria nominada como “traços de pensamento dos administradores”, visamos apreender por meio da leitura dos relatórios não o ato ou declaração em si mesmo, mas também o que emerge em termos de valores, finalidades, motivações daqueles que estiveram à frente das decisões ou discussões relativas à educação, de modo geral, e a geografia escolar, em particular; razão pela qual outras fontes são apresentadas de modo a evidenciar matizes desse diálogo.

Em 1868, o então presidente da Província Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior declarou em seu Relatório:

Aguardo o parecer do Inspetor Geral dos Estudos para resolver sobre a conveniencia de admittir nas aulas desta Província o excellente ATLAS DO IMPERIO DO BRASIL, organizado pelo Dr. Candido Mendes de Almeida, que tão bons serviços tem prestado as letras pátrias. (FIGUEIREDO JUNIOR, 1868, p. 10).

Cabe destacar que, conforme fez notar o supracitado Presidente em seu relatório de 1870, o autor do *Atlas do Império do Brasil* afirmava

¹⁰ Conforme Relatório do Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior (1871, p. 24).

haver problemas de demarcação entre os limites das Províncias de Alagoas e Pernambuco - questão que vai atravessar todo o Império, da qual os geógrafos se ocuparam.

Figueiredo Junior voltou a fazer referência ao supracitado *Atlas* em seu Relatório de 1871, desta feita mencionando a recomendação do Ministério do Império, além de nos informar a respeito das estratégias adotadas para sua aquisição e uso. Ademais, outros materiais para uso nas aulas de Geografia foram citados – uma pista do que se constituía como objetos de uma cultura material escolar. Em seção específica nominada “Atlas de Geographia”, assim nos informou:

Em cumprimento do aviso do Ministerio do Imperio de 31 de Janeiro ultimo, que recommenda a adopção, nas aulas, do atlas do Imperio do Brasil, organizado pelo dr. Candido Jose de Almeida, mandei em 23 de fevereiro passado ouvir a este respeito o director geral da instrucção publica e a congregação do Liceu. Reunida esta no 1º do março findo, aprovou a adopção, notando apenas que pelo excessivo preço do referido atlas será difficil aos alumnos d’aula de geographia adquiril-o. A congregação propõe a compra de seis dos mesmos atlas por conta da província, afim de facilitar a consulta aos alumnos do lyceu durante as horas de trabalho n’aula de geographia e bem assim a de dous globos da esphera terrestre e celeste, visto que os existentes, desde a fundação do lyceu, pelo seu mestado não podem prestar-se mais ao uso a que são destinados. Finalmente, julga tambem necessária a compra de mappas para a sobredira aula. (FIGUEIREDO JUNIOR. 1971 p. 25).

O fechamento temporário do Liceu Alagoano no ano de 1861 e a interdição de cadeiras, inclusive a de Geografia levou o seu lente, Thomaz do Bomfim Espíndola a pronunciar-se na Assembleia Provincial em defesa do Liceu e da manutenção da cadeira de

Geografia, invocando os nomes de respeitados intelectuais, como Pompeu Brasil¹¹ e Victor Cousin¹²:

Senhor presidente, tratando de demonstrar a grande utilidade da geographia, disse-o o dr. Pompeo, e disseram muitos outros litteratos: Assim como a historia nos faz contemporâneos de todos os sucessos e de todos os grandes homens, a geographia nos faz cosmopolitas ou concidadãos de todos os povos: Ella é perístilo dos conhecimentos humanos, a porta que dá entrada para o mundo civilizado. E Cousin disse-o: Dái-me a carta de um paiz, sua configuração, seu clima, suas águas, seus ventos e toda a sua geographia physica; informai-me de suas produções naturais, de sua flora, de sua zoologia; e eu me comprometo a dizer-vos a priori qual será o homem desse paiz e que lugar gozará na historia, não accidental, mas necessariamente, não em tal época, mas em todas as épocas; enfim a Idea de que este paiz é destinado a representar¹³.

A Geografia creditada como principal porta para o mundo civilizado aliada à instrução¹⁴ como meio capaz de possibilitar esta façanha, certamente a colocou como conhecimento contributivo para este fim. Cabe-nos indagar a respeito da sua inserção na instrução secundária e primária, certamente com finalidades diversas. Para alguns poucos, uma das portas necessárias de acesso ao ensino superior e condição para que, ao ocuparem importantes cargos em suas províncias, exercessem sua influência sobre os que necessitavam de princípios morais, conforme podemos inferir a partir de falas que alguns presidentes da Província das Alagoas pronunciaram. Acompanhemos:

¹¹ Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877) senador e geógrafo do oitocentos, vinculado a Província do Ceará foi o autor do Compendio Elementar Geographia Geral e Especial do Brasil adotado no Colégio Pedro II.

¹² Liberal francês que ocupou vários cargos importantes, a saber: Diretor da Escola Normal, Reitor da Universidade de Paris e Ministro da Instrução Pública.

¹³ Publicado no jornal Diário das Alagoas, n. 163, 19/07/1861.

¹⁴ De acordo com o presidente Bandeira de Melo (1848, p. 7) a instrução era um “poderoso elemento de civilização”.

O estabelecimento de uma verdadeira educação popular deve tender principalmente ao aperfeiçoamento da classe influente, visto que Ella tem em sua dependência a marcha da civilização e todos os factos da vida social. [...] Nestas vistas, Senhores, ouso propor-Vos a criação de um Lyceo, onde possa com facilidade a classe que prepondera tornar-se não só mais numerosa, como também adquirir o desenvolvimento intellectual necessário para exercer uma influencia benefica sobre a conducta e a opinião das outras classes. (BANDEIRA DE MELLO, 1848, p. 9).

O *systhema*, ou o modo de ser da instrucção publica é sempre o reflexo da feição e do espírito da sociedade em uma ephoca qualquer. [...] A preocupação das sociedades modernas é o trabalho. (GONZAGA, 1863, p. 17).

Nessa tensão em que o País, a Província, seus administradores e intellectuais reclamavam pela instrução pública, esta foi sendo configurada com suas instituições, formas de organização, disciplinas, professores, dentre tantos outros dispositivos; e a geografia esteve presente em (pro)posições diversas.

Em 1863, João Marcelino de Souza Gonzaga – Presidente da Província das Alagoas – expressava em sua fala dirigida à Assembleia Provincial que, em sua opinião, uma das reformas necessárias seria dividir as escolas das províncias em classes; na primeira ensinavam-se os princípios rudimentares da leitura, da escrita e das contas; na segunda mais algumas coisas da gramática nacional, de aritmética e alguns conhecimentos de caligrafia; finalmente, nas de terceira classe, mais desenvolvimento das matérias citadas e conhecimentos de Geografia e da História do Brasil, que em número de três cadeiras apenas, deveriam estar assim distribuídas: duas no centro da capital e uma em Jaraguá para atender ao sexo masculino.

Mais uma vez a Geografia ocuparia lugar como conhecimento mais elevado, ao qual teriam acesso apenas uns poucos - os que estudavam

nas escolas da capital e eram do sexo masculino - conforme se destinavam as cadeiras ou as classes.

A Geografia fora também cadeira na Escola Normal de Maceió, fundada no ano de 1869 com a finalidade de formar professores para atuar na instrução primária. Na citada escola, a cadeira de Geografia integrada ao 2º ano do curso era constituída de Noções Gerais de Geografia e História do Brasil, especialmente das Alagoas.

No relatório da Directoria geral da instrução pública de 13 de outubro de 1875, encontram-se referências de alguns livros adotados para a circulação na escola primária local. Tal relatório solicitava um parecer acerca do pedido de Cyriaco Antonio dos Santos e Silva em adotar sua obra *Catecismo Brasileiro*¹⁵ como oficial na Província alagoana; sendo o catecismo definido em tal documento como ensino elementar de história, geographia e outros conhecimentos úteis à noção de pátria. Para a análise de tal pedido, foram solicitadas as presenças de Dr. Thomaz do Bonfim Espindola, Pe. Pedro Lins de Vasconcellos e Adriano Augusto d'Araujo Jorge que o consideraram desnecessário por já existirem outros materiais que trabalhavam os mesmos elementos, por faltar exatidão no conteúdo relativo à Geografia e um método adequado.

Parece-nos que o infelis autor (infelicíssimo quanto à geographia, objeto das 8 lições ultimas do seu livro) serviu-se desgraçadamente de algum atlas do Brasil muito antigo. Nossa opinião é, portanto, que ao Catecismo Brasileiro feche-se as portas de nossas escolas (Relatório da Directoria Geral da Instrução Publica, 13 de outubro de 1875, p. 5).

A importância do lente de Geografia Dr. Thomaz do Bomfim Espindola se fez notar em muitas ocasiões ou situações em que era

¹⁵ Cabe ressaltar que o citado livro já havia sido aprovado para uso nas Províncias de São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

convocado para decidir acerca dos livros a ser adotados, dos saberes geográficos a serem ensinados.

O aludido professor foi também citado pelo respeitado geógrafo Manoel Balthazar Pereira Diégues Junior, quando no cargo de Diretor da Instrução Pública, declarou a contribuição do mestre em sua formação de Bacharel em Direito:

[...] dou testemunho de quanto sou reconhecido a todos os professores que tive [...] aos quaes devo em grande parte a animação com que a custa de enormes sacrificios busquei a carta de bacharel que reputo meo titulo mais honroso. De todos recebi boas leccões, mas com especialidade não esqueço o proveito que tirei das de geographia dadas pelo exm. Snr. Dr. Espindola, cujo especial systema de explicação de astronomia me deu sobeja vantagem no magistério (O ORBE, 17/09/1886).

Dizemos, em relação ao extrato supracitado, que o mestre tinha discípulos que por sua vez, pronunciavam-se não somente em favor da matéria geografia e do método empregado por seu mestre, mas também da utilidade deste saber, inclusive para o magistério, uma vez que Diegues Júnior fora também lente da cadeira de Geografia no Liceu Alagoano e no Curso Normal.

A Cadeira de Geografia também foi matéria de pronunciamento no Relatório do Bacharel Antonio Martins de Miranda, Diretor da instrução pública, inclusive destacando a atuação de Espíndola como respeitado lente da citada cadeira.

Não levarei tempo em provar a utilidade e extensão das materias ensinadas n'esta cadeira. Ainda pede a instrucção publica que seja ella dividida em geographia, com suas tres partes e historia do Brazil, e historia universal, subdividida em antiga, do meio, moderna e contemporanea. Junto geographia com historia patria, já porque o seu lente o será tambem da eschola normal, já

para reduzir o curso de historia universal que hoje não é mais a simples narração dos factos. A philosophia da historia; a apreciação das causas occasionaes e efficientes, da importancia e resultados gerados pelos acontecimentos sobre os progressos que a humanidade, para o bem, tem realizado; as fazes diversas porque tem passado, não só as manifestações da idéa religiosa, como, as sciencias, artes e industrias; o estudo e punição dos crimes commetidos pelas nações e pelos individuos – são materia assaz difficil e vasta para occupar a intelligencia, cuidado e tempo de um só mestre. E’ proprietario d’esta cadeira o Dr. Thomaz do Bom-fim Espindola, cujo nome, de ha muito, estou habituado á proferir com o maximo respeito (MIRANDA, 1875, p. 20).

Com base nos extratos supracitados, percebemos a importância da geografia¹⁶, não somente por seus conteúdos e métodos, mas principalmente pela ilustração e competência dos que a ministravam, tendo muitos destes professores, ocupado funções de destaque no âmbito da administração pública, seja como diretores da instrução, deputados provinciais ou do Império e até a de Presidente da Província. Nas palavras de Costa (1927, p. 39), ainda que remetidas a Diegues Júnior, um desses importantes geógrafos alagoanos nos Oitocentos, a razão dessa autoridade pode ser aludida ao destaque de que estes homens souberam “amar deveras a sua terra e ser útil a sua gente”.

Ponderando acerca da relevância da cadeira de geografia no Liceu Alagoano, destacamos que desde o Decreto nº 5.420 de 02 de outubro de 1873 que autorizara a realização de exames nas Províncias que não tinham Cursos Superiores¹⁷; dizemos que ocorreu um crescente o

¹⁶ Consultas realizadas em fontes complementares indicam que a Geografia foi ensinada no Liceu de Artes e Offícios, conforme consta no fragmento transcrito: “Eis o quadro das aulas providas no Lyceu de Artes e Offícios com seus respectivos professores: Geographia e Historia do Brazil capitão João Alberto Ribeiro. Geographia Geral. Dr. Antonio Antero Alves Monteiro.” (O ORBE, 1884, n. 6, p. 2).

¹⁷ O Presidente José Eustáquio Ferreira Jacobina destacou em seu Relatório “as vantagens incontestáveis que o Decreto nº 5.420 de 2 de Outubro de 1873 trouxe às

número de matrícula no Liceu, bem como de inscritos para os exames, inclusive, para a cadeira de geografia.

Comparando-se o número de alunos que se submeteram aos exames no ano de 1878¹⁸, verifica-se que a quantidade daqueles que realizaram matrículas na cadeira de Geografia somente foi menor em relação às efetuadas nas cadeiras das duas Línguas, isto é, Português com 30 e Francês com 25. Em relação a esta última, apenas 13 alunos foram aprovados e 12 reprovados. Em contrapartida na de Geografia, dos 24 examinados, 22 foram aprovados e apenas 2 reprovados. Mediante os resultados analisados, reafirma-se a relevância da Geografia, sobretudo em função do aproveitamento dos alunos examinados, uma vez que em outras cadeiras, o número de reprovados ultrapassou os cinquenta por cento, como fora o caso de Inglês no citado ano.

Em relação ao ensino de geografia no nível secundário avaliamos que, restrito o seu ensino a uma fração de classe; os seus docentes atuaram de modo a cancelar os conhecimentos a eles veiculados. Não é demais lembrarmos que os professores de geografia não raras vezes ocuparam cargos e posições importantes na administração pública, tais como no comando da organização da instrução, como os de diretores da instrução pública, presidentes da Província e legisladores, dentre outros.

Ademais, a proximidade da geografia com a história, mas também com a corografia, a cartografia, a cosmografia, a astronomia - associada as suas tantas subdivisões: física, política, geral, pátria, dentre outras – favoreceu os seus entrelaçamentos, tanto no âmbito da instrução primária, quanto na secundária. Assim, entendemos que os conteúdos e matérias existentes nos compêndios de geografia serviam indistintamente para os dois níveis de ensino, cabendo, certamente, ao

províncias onde não há cursos superiores, vão animando na carreira das letras a mocidade estudiosa”. (JACOBINA, 1881, p. 16).

¹⁸ Dados obtidos no Relatório de Cincinato Pinto da Silva.

professor(a) a dosagem e o aprofundamento das suas discussões em sala de aula.

Desde a Reforma Couto Ferraz (1854) havia sido proposta o ensino de *Elementos da historia e geografia, principalmente do Brasil* para as escolas primárias de 2º grau (instrução superior). Essa orientação foi reiterada no âmbito da Reforma Leôncio de Carvalho¹⁹ como *Noções de História e Geografia do Brasil* a ser ensinada nas escolas primárias de 1º grau (Art. 4º do Decreto nº 7.247 de 19/04/1879). Na Província de Alagoas na Resolução nº 997 de 08/06/1887, a matéria *Geografia e História do Brasil e especialmente da Província* deveria ser ensinada em todas as suas escolas primárias.

Ainda no âmbito da legislação relativa à instrução primária na Província de Alagoas localizamos a referência de títulos e/ou de autores pelos quais seriam trabalhados os conhecimentos geográficos. No que se refere aos *programas* para o ensino nas escolas primárias à geografia foi apresentada com as seguintes indicações e/ou ressalva para o trabalho dos professores:

Os livros adoptados nas escolas primarias são os seguintes:

[...] **Vellez** (até que seja cumprido o art. 22 da Resolução de 18 de Junho de 1864), exeptuando-se o appendice, fazendo-se as alterações necessarias relativas ás novas mudanças políticas e cortando-se o que fôr dispensavel.

Atlas de Gaultier.

Este ensino será muito elementar e abrangerá as noções principaes relativas a todas as partes da sciencia, devendo o professor apenas ensinar o alumno o bastante para que elle não ignore os principaes rudimentos desta sciencia, e não cançar sua memoria com **estudos que devem fazer parte de um curso completo de instrucção secundaria.**²⁰ (negrito nosso).

¹⁹ No contexto dessa Reforma foi proposto o ensino das disciplinas *Geografia e cosmografia e História e geografia do Brasil* nas Escolas Normais (Decreto nº 7.247 de 19/04 1879, Art. 9º, § 1º).

²⁰ Cf. Regulamento de 27 de março de 1865.

Contudo, como sabemos, nem sempre o prescrito era posto em prática, mesmo que tenha sido recorrente a defesa de ampliação do ensino primário ou da elevação do nível intelectual dos indivíduos como preocupação que se evidenciara no último quartel do século XIX. Assim, associado a esse movimento mais amplo ocorreu também o alargamento dos saberes ou matérias, de todas as áreas do conhecimento e o ensino da geografia não ficou de fora.

Destarte, foi após Reforma Leôncio de Carvalho (1879), que a introdução nas escolas primárias do ensino de história e geografia pátrias passou a ser objeto de discussão, mas também de proposições, sobretudo, pela discussão relativa ao método intuitivo e as Lições de Coisas, que inclusive, constituiu-se como objeto de discussão nos *Pareceres de Rui Barbosa*. Assim, no âmbito daquelas discussões também foram dados destaques para o ensino de geografia. Por fim, vale ressaltarmos que o professor de Geografia do Liceu provincial de Alagoas - Thomas do Bomfim Espíndola - integrou na condição de Deputado Geral à Comissão responsável pela elaboração dos mencionados *Pareceres*.

4. Considerações finais

Ao realizarmos a investigação aqui textualizada, investimos na perspectiva de que as fontes selecionadas - relatórios dos administradores das Alagoas Oitocentista - fossem lidas e dispostas como documentos submetidos à interpretação do historiador, em consonância com as problematizações que faz ao passado. São elas, portanto, que nos possibilitam delinear e apreender o objeto, aqui neste estudo sobre a história da geografia escolar na Província de Alagoas. Assim, a geografia escolar presente na escrita desses documentos - erigida por meio de traços e indícios, sobretudo, como cadeira de Geografia - foi sendo configurada.

Nesse sentido, concluímos que a mesma atendeu, prioritariamente, a formação de um grupo que prestaria exames e seguiria a carreira do ensino superior nos cursos de Direito ou Medicina, ou desenvolveriam outras funções geopolíticas e estratégicas em função do processo de consolidação do Estado Nacional, recém constituído, a partir de 1822. Portanto, regra geral atendeu em muito às necessidades de elite econômica, política e consorciadamente à intelectual.

Todavia, numa época em que a recomendada instrução primária como elemento basilar das nações civilizadas ainda não estava suficientemente bem estruturada, percebemos que a sua utilidade como parte do ensino fora reivindicada e, especialmente, demandada pela sociedade agrícola, conforme expressaram alguns administradores em seus relatórios. Assim, apesar de ter sido o ensino de Geografia objeto de reivindicação dos lentes do liceu - médicos e bacharéis em Direito - conforme expressou Espíndola, invocando Pompeo Brasil e Cousin, também foi pouco frequentada pelos alunos na instrução secundária, se compararmos com os números relacionados à outras cadeiras, tais como a de Latim e a de Retórica, por exemplo. Quanto a instrução primária ela esteve praticamente ausente nos regulamentos e programas destinados a esse nível de escolaridade.

A Geografia como disciplina escolar, ou melhor, como matéria nos parece, pelo menos até o atual estágio de desenvolvimento dessa pesquisa, não obteve muito espaço no universo escolar, apesar de ter sido apontado como um método pedagógico dos mais adequados para se conhecer outros países e enxergá-los como modelos de civilização adiantadas. Civilizações essas que deveríamos apreender e se possível copiarmos.

Em outra vertente podemos, ainda, considerar que se prestou para o exercício centrado no método de memorizar informações, imputadas como necessárias e importantes porque era por meio da sua reprodução que se poderia dar continuidade a instrução vencendo-se os exames, ainda que para poucos sujeitos.

Para finalizar, desejamos ressaltar que há uma multiplicidade de histórias da geografia escolar, certamente condicionadas as especificidades educacionais, culturais, sociais, políticas e econômicas de cada uma das províncias que formavam o Império brasileiro. Porquanto os papéis que lhes fora arrogados, após a publicação do *Ato Adicional* de 1834, com a criação das assembleias provinciais nos possibilita constituir objetos de investigação em relação à história das disciplinas escolares. Nesse sentido, é possível afirmar com a poetiza Adélia Prado que “nunca nada está morto. O que não parece vivo, aduba. O que parece estático, espera”. É por meio dessa bela metáfora que continuamente, ou melhor, historicamente, se inscreve a possibilidade de (re)construção de (des)conhecimentos.

Referências

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Dois momentos na história da geografia escolar: a geografia clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 19-51, jul./dez. 2011.

ARAÚJO, José Carlos Souza. A imprensa, co-partícipe da educação do homem. **Cadernos de História da Educação**, EDUFU, v. 1, n. 1, p. 59-62, jan/dez. 2002.

BRAZIL, Thomaz Pompêo de Souza. **Geographia Geral e especial do Brasil** (Compendio elementar), adoptado no Collegio Pedro II, nos Lycêus e Seminários do Império. 5ª edição augmentada e cuidadosamente correcta. Rio de Janeiro: Casa dos editores Eduardo & Henrique Laemmert, 1869.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: Le GOFF, Jacques.; NORA, Pierre. (Org.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 17-48.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 2. 1990, p. 177-229.

COSTA, João Craveiro. Os grandes educadores alagoanos. **Revista de Ensino, Maceió-AL**, n. 4, jul./ago. 1927.

CURY, Cláudia Engler. Desafios da pesquisa com cultura escolar na documentação da Parahyba Oitocentista. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, C. M. (Org.). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010. p. 37-58.

DUARTE, Abelardo. **Acréscimos e retificações à História do Liceu Alagoano**. Maceió: Imprensa Oficial, 1963.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, SBHE, v. 1, n.1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

MADEIRA, Maria das Graças Loiola. Educação e instrução na Província de Alagoas. In: GONDRA, José Gonçalves; SCHNEIDER, Omar (Org.). **Educação e instrução nas províncias e na Corte Imperial**: (Brasil, 1822 - 1889). Vitória-ES: EDUFES, 2011. p. 151-167.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges; MENEGAZZO Maria Adélia. Da História das disciplinas escolares à História da Cultura Escolar: uma trajetória de pesquisa. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 57-69, set./dez. 2004.

PRADO, Adélia. **Poesia reunida**. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 1991.

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO/MONUMENTO, **Apresentação**. v 10, nº 1, p. 5 (dez. 2013). Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso (Núcleo de Documentação e informação histórica Regional). Disponível em: <<http://www.ufmt.br/ndihr/revista>>.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. Entre o ensino de Geografia e a Geografia Escolar: reflexões críticas. In: TRINDADE, Gilmar Alves; CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira (Org.). **Discutindo Geografia**:

doze razões para se (re)pensar a formação do professor. Ilhéus/BA: Editus, 2007. p. 333-371.

SCHNEIDER, Omar. Educação e instrução na Província do Espírito Santo. In: GONDRA, José Gonçalves; SCHNEIDER, Omar (Org.). **Educação e instrução nas províncias e na Corte Imperial**: (Brasil, 1822-1889). Vitória/ES: EDUFES, 2011. p. 239-270.

VIÑAO, Antonio. A história das disciplinas escolares. **Revista Brasileira de História da Educação**, SBHE, v. 8, n. 3 (18), p. 173-215, set./dez. 2008.

Fontes

Fallas e Relatórios

ALAGOAS, Arquivo Público do Estado de. **Relatório da Directoria Geral da Instrução Pública**, 13 de outubro de 1875.

BANDEIRA DE MELLO, João Capistrano. **Falla** dirigida á Assembleia Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da septima legislatura pelo ex.mo presidente da mesma provincia, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello, em o primeiro de junho de 1848. Pernambuco, Typ. de Santos & Companhia, 1848.

FIGUEIREDO JUNIOR, José Bento da Cunha. **Relatorio** lido perante a Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas no acto de sua installação em 31 de outubro de 1868 pelo presidente da mesma, o exm. snr. dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Maceió, Typ. Commercial de A.J. da Costa, 1868.

FIGUEIREDO JUNIOR. José Bento da Cunha. **Relatorio** lido perante a Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas no acto de sua installação em 16 de março de 1870 pelo presidente da mesma o exm. sr. dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Maceió, Typ. Commercial de A.J. da Costa, 1870.

GONZAGA, João Marcelino de. **Falla** dirigida á Assembléa Legislativa das Alagoas, pelo presidente da provincia, João Marcelino

de Souza Gonzaga, na abertura da 2.a sessão ordinária da 14.a legislatura a 24 de outubro de 1863. Maceió, Typ. Progressista, 1863.

JACOBINA, José Eustáquio Ferreira. **Falla** com que o exmo. Sr. Dr. José Eustáquio Ferreira Jacobina, presidente da província das Alagoas installou a 23ª Legislatura Provincial em 27 de abril de 1881. Maceió, Typ. do Liberal, 1881

MIRANDA, Antonio Martins de. **Relatório** que ao exm. Sr. Dr. João Vieira de Araujo mui digno presidente da província das Alagoas apresentou o diretor geral da instrução publica da mesma província bacharel Antonio Martins de Miranda em 15 de fevereiro de 1875. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, 1875.

SILVA, Cincinnato Pinto da. **Falla** com que o exmo. Sr. Dr. Cincinnato Pinto da Silva, presidente da província das Alagoas installou a 2ª Legislatura Provincial em 30 de abril de 1879. Maceió, Typ. do Liberal, 1879.

Jornais

DIÁRIO DAS ALAGOAS, nº 163, 19 de julho de 1861.

O ORBE, nº 6, 25 de janeiro de 1884.

O ORBE, nº 127, 17 de setembro de 1886.